

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Bieging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-528-2

2025

Renata Picoli Takamori Funada

INTERVENÇÕES INCLUSIVAS NA PERSPECTIVA DA NEUROPSICOPEDAGOGIA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-528-2.7

RESUMO:

O presente trabalho tem como perspectiva de investigação, a neuropsicopedagogia na dimensão das propostas de intervenção inclusiva da criança com dificuldade de atenção e concentração nos processos educativos de ensino e aprendizagem. Considera-se relevante tal tema, haja vista que a neuropsicopedagogia se revela como área de conhecimento promissora no que concerne aos princípios da educação inclusiva. Nesse sentido, objetiva a compreensão do arcabouço teórico-metodológico da neuropsicopedagogia para inclusão e para a educação. Para tanto, elege-se como abordagem de análise, a psicologia histórico-cultural de Lev Vigotski, em articulação com a teoria da aprendizagem significativa de Novak Ausubel. Portanto, trata-se de uma revisão crítico-reflexiva da bibliografia.

Palavras-chave: Neuropsicopedagogia; Concentração; Atenção; Educação Inclusiva

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, entendida como a garantia do direito de todos os sujeitos à participação plena nos processos educativos, exige deslocamentos teóricos e práticos que vão além da simples presença física do aluno na sala de aula. Trata-se de transformar currículos, práticas avaliativas, formas de organização escolar e relações professor-aluno para que a diversidade, funcional, cultural, linguística e socioeconômica, seja reconhecida como condição e recurso para a aprendizagem coletiva, e não como problema a ser corrigido. Essa reconceitualização é sustentada por marcos legais e documentos de políticas públicas que afirmam a inclusão como princípio regulador da educação, bem como por estudos que apontam a necessidade de formação docente e reestruturação institucional para efetivar tais diretrizes.

A neuropsicopedagogia oferece um quadro analítico e interventivo particularmente fértil para pensar a inclusão no nível escolar porque articula conhecimentos da neurociência, da psicologia do desenvolvimento e da pedagogia. Em vez de naturalizar déficits, essa abordagem busca mapear as singularidades neurocognitivas de cada aprendiz, como atenção, memória de trabalho, linguagem e funções executivas, e traduzir esse conhecimento em adaptações didáticas, tecnologias assistivas e rotinas de ensino que potencializem a aprendizagem. Assim, a neuropsicopedagogia atua como ponte entre o diagnóstico funcional e a práxis pedagógica, orientando intervenções que sejam ecologicamente válidas, ou seja, aplicáveis no cotidiano da escola, e sensíveis ao contexto sociocultural do sujeito (JUNIOR, 2021).

Desta forma, delimita-se como tema da pesquisa, a investigação sobre possíveis intervenções neuropedagógicas na promoção da inclusão de crianças com dificuldades de aprendizagens atreladas a atenção e concentração. Portanto, a problemática que emerge é, de

quais formas a neuropsicopedagogia traz novas contribuições para a inclusão nos processos educativos de ensino e aprendizagem? O que significa ter por objetivo, compreender as técnicas e o arcabouço teórico-metodológico de atuação da neuropsicopedagogia.

Tendo como metodologia a revisão bibliográfica crítico-reflexiva, assume-se como teoria relevante para a neuropsicopedagogia a psicologia histórico-cultural, justamente por sua relevância acerca dos processos de desenvolvimento das funções psíquicas atreladas à atenção, concentração, imaginação e criatividade. Complementarmente, pode-se assumir também a teoria da aprendizagem de Ausubel (2003) como norteadora das reflexões, na articulação com o pensamento de Vigotski (2001).

1. PRINCÍPIOS E PROCESSOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva constitui-se como um princípio orientador das políticas educacionais contemporâneas, fundamentado no reconhecimento de que todos os sujeitos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais, possuem direito à escolarização de qualidade. No Brasil, esse paradigma é reforçado por marcos legais como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que garantem a igualdade de oportunidades e a superação de barreiras à aprendizagem (BRASIL, 1996; BRASIL, 2008). Nesse contexto, a inclusão não deve ser compreendida apenas como inserção de estudantes com deficiência em classes regulares, mas como reorganização dos processos pedagógicos, curriculares e institucionais para garantir efetiva participação (Mantoan, 2015).

A relação entre educação inclusiva e educação especial exige reflexão crítica. A educação especial, historicamente marcada por práticas segregacionistas e pela lógica da substituição do ensino regular, passou por transformações significativas, assumindo hoje caráter complementar e transversal ao ensino comum (Glat; Pletsch, 2019). O atendimento educacional especializado (AEE) não se configura como substitutivo da escolarização, mas como serviço de apoio, mediado por recursos pedagógicos e tecnológicos, destinado a potencializar a aprendizagem e a autonomia dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Tal concepção insere a educação especial dentro do marco inclusivo, articulando práticas específicas às propostas pedagógicas regulares (Brasil, 2008).

O processo inclusivo, entretanto, vai além da garantia formal de acesso. Ele requer transformação cultural e pedagógica dentro da escola, demandando posturas docentes que considerem a heterogeneidade como valor e não como obstáculo. Mantoan (2015) argumenta que a inclusão rompe com a lógica classificatória e meritocrática, exigindo práticas que reconheçam diferentes ritmos, linguagens e modos de aprender. Isso implica que a educação especial, integrada à perspectiva inclusiva, deve trabalhar em sinergia com os professores da sala comum, garantindo não apenas suporte técnico, mas também mudança de mentalidade frente à diversidade.

Outro aspecto essencial está na formação docente. A ausência de formação inicial e continuada adequada compromete a implementação da educação inclusiva, gerando práticas que oscilam entre o assistencialismo e a padronização pedagógica (Pletsch; Fontes, 2021). A construção de uma escola inclusiva, portanto, passa pelo investimento em políticas de formação que articulem conhecimentos da pedagogia, da psicologia do desenvolvimento e da neurociência educacional, capacitando o professor a elaborar intervenções contextualizadas e efetivas.

Além da formação, os processos inclusivos dependem da mobilização de recursos e tecnologias assistivas. Samaniego López (2025) destaca que, embora as tecnologias digitais sejam promissoras para a ampliação da acessibilidade, sua implementação sem critérios pedagógicos pode reforçar desigualdades. É fundamental, assim, que a utilização de recursos seja integrada ao planejamento didático, favorecendo a autonomia dos estudantes e não apenas a compensação das dificuldades.

2. TEORIAS DA NEUROPSICOPEDAGOGIA

A neuropsicopedagogia constitui-se como campo interdisciplinar emergente que integra fundamentos da neurociência, da psicologia cognitiva e da pedagogia. Seu objetivo central é compreender como os processos de aprendizagem ocorrem a partir da interação entre cérebro, mente e ambiente sociocultural, possibilitando intervenções pedagógicas ajustadas às necessidades dos aprendizes (Rangel; Paniago; Oliveira, 2021). Nesse sentido, o campo não se limita à identificação de dificuldades de aprendizagem, mas busca compreender os mecanismos que sustentam a plasticidade cerebral, a mediação social e o papel do afeto na construção do conhecimento.

Entre as bases teóricas mais recorrentes na neuropsicopedagogia está a teoria histórico-cultural de Vygotsky, que propõe a centralidade das interações sociais e da mediação simbólica no desenvolvimento cognitivo. Esse referencial contribui para a compreensão de que a aprendizagem não é um processo isolado, mas construído a partir da zona de desenvolvimento proximal, na qual o sujeito se apoia em instrumentos culturais e no outro para avançar em suas capacidades (Vygotsky, 2001). A neuropsicopedagogia, ao dialogar com essa teoria, reconhece que fatores neurobiológicos são indissociáveis das experiências sociais, afetivas e culturais do sujeito.

Ainda dentro do arcabouço da psicologia histórico-cultural, outro aporte relevante provém das contribuições de Luria (1979), que, a partir da neuropsicologia, desenvolveu a teoria das funções cerebrais superiores, destacando que os processos cognitivos estão organizados em sistemas funcionais dinâmicos e interdependentes. Essa compreensão oferece subsídios fundamentais para a intervenção neuropsicopedagógica, ao evidenciar que déficits de aprendizagem não são produtos isolados de uma lesão ou disfunção, mas resultam da alteração de redes complexas que podem ser compensadas por meio de estratégias pedagógicas e estimulação adequada.

Além disso, as teorias da neuroplasticidade cerebral, oriundas das neurociências contemporâneas, fornecem sustentação empírica para o campo. A plasticidade demonstra que o cérebro humano mantém, ao longo da vida, capacidade de reorganização estrutural e funcional em resposta a estímulos ambientais e experiências educativas (Doidge, 2015). Essa constatação fortalece a perspectiva inclusiva da neuropsicopedagogia, pois implica que barreiras de aprendizagem não devem ser vistas como limites definitivos, mas como pontos de partida para a construção de novas possibilidades de desenvolvimento.

Finalmente, a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel também é incorporada, uma vez que propõe que a aprendizagem se torna mais efetiva quando os novos conteúdos são relacionados com os conhecimentos prévios do sujeito (Ausubel, 2003). A neuropsicopedagogia se apropria desse princípio ao planejar estratégias didáticas que favoreçam a assimilação ativa do conhecimento, respeitando as estruturas cognitivas existentes e potencializando-as.

Essas diferentes matrizes teóricas convergem para um modelo integrador que compreende o sujeito da aprendizagem como ser biopsicossocial em constante transformação. A neuropsicopedagogia, ao fundamentar-se em aportes da psicologia histórico-cultural, da neuropsicologia luriana, das teorias da plasticidade

cerebral e da aprendizagem significativa, propõe práticas que conciliam rigor científico e compromisso ético com a inclusão e o desenvolvimento humano integral.

2.1. A PERSPECTIVA INCLUSIVA DA NEUROPSICOPEDAGOGIA

Do ponto de vista pedagógico-institucional, integrar a neuropsicopedagogia à educação inclusiva implica três movimentos interdependentes: (1) capacitação continuada de professores e gestores para leitura neurocognitiva de dificuldades de aprendizagem e para a implementação de adaptações curriculares; (2) construção de práticas avaliativas formativas centradas em progresso e participação, não apenas em padrões normativos; (3) incorporação de tecnologias e recursos de acessibilidade que permitam variações na via de acesso ao conteúdo, como multimodalidade, softwares educativos, recursos táteis e visuais. Pesquisas recentes sobre programas de formação que aproximam professores de princípios neurocientíficos mostram ganhos em autoeficácia docente e mudanças de crença que favorecem práticas inclusivas concretas (Melo et al., 2023).

Entretanto, a articulação neuropsicopedagógica com a inclusão exige cuidados epistemológicos e éticos. Primeiro, é necessário evitar reducionismos biológicos que expliquem a exclusão apenas por supostas anormalidades cerebrais; a exclusão é também produzida por práticas escolares, barreiras arquitetônicas, políticas públicas insuficientes e preconceitos sociais. Segundo, as intervenções devem respeitar a dignidade e a agência dos sujeitos, envolvendo famílias e comunidades, valorizando saberes locais e considerando as demandas afetivas e identitárias dos alunos. A neuropsicopedagogia, para ser emancipadora, precisa situar o funcionamento neurológico dentro de uma matriz biopsicossocial e política (FACSU, 2025).

Por fim, a implementação efetiva de arranjos neuropsicopedagógicos na escola inclusiva demanda articulação entre micropráticas

(sala de aula), mesoníveis (escola, formação docente, recursos) e macropolíticas (financiamento, marcos legais, monitoramento). Estratégias promissoras identificadas pela literatura recente incluem a formação continuada com ênfase em transferência para a prática, protocolos de intervenção integrados à rotina escolar, uso crítico e contextualizado de tecnologias assistivas e a avaliação sistemática de resultados pedagógicos e de participação social. A pesquisa e a atuação profissional na interface entre neurociência e pedagogia devem, portanto, ser orientadas por critérios de equidade, viabilidade e pluralidade metodológica (Samaniego López, 2025).

Desta forma, pode-se inferir que a perspectiva neuropsicopedagógica não oferece uma solução técnica única para a inclusão; oferece, antes, um conjunto de conhecimentos e procedimentos que, se combinados com políticas públicas comprometidas e práticas pedagógicas democraticamente orientadas, podem ampliar substancialmente a capacidade da escola de acolher e educar em diversidade. A investigação continuada — empírica e crítica — é essencial para avaliar quais arranjos pedagógicos realmente promovem aprendizagem significativa e participação social, e sob quais condições contextuais esses arranjos se mostram sustentáveis.

3. ATENÇÃO E CONSCENTRAÇÃO E POSSÍVEIS INTERVNÇÕES

As dificuldades de atenção e concentração representam um dos principais desafios no processo de ensino e aprendizagem, impactando de modo significativo o desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança. No ambiente escolar inclusivo, tais dificuldades exigem práticas pedagógicas diferenciadas e integradas a estratégias neuropsicopedagógicas, as quais buscam compreender

o funcionamento cerebral, os processos cognitivos e as dimensões afetivo-emocionais do estudante. Assim, a neuropsicopedagogia se configura como campo interdisciplinar que oferece recursos teóricos e práticos para favorecer a aprendizagem significativa e promover a inclusão escolar (Relvas, 2016; Rotta; Ohlweiler; Riesgo, 2016).

A neuropsicopedagogia compreende que a atenção não é apenas um processo cognitivo isolado, mas resultado da interação entre fatores neurobiológicos, ambientais e pedagógicos. Crianças que apresentam déficit atencional tendem a enfrentar obstáculos na autorregulação, na organização de informações e na manutenção do foco em atividades escolares, o que compromete tanto a aquisição de conteúdos quanto a socialização (Barkley, 2015).

Nesse sentido, a intervenção neuropsicopedagógica parte da avaliação do funcionamento atencional e da identificação das condições escolares que podem favorecer ou dificultar a aprendizagem. O enfoque não se limita à remediação, mas envolve a criação de ambientes inclusivos, motivadores e adaptados às especificidades da criança (Relvas, 2016).

Considerando a dimensão neurocognitiva, busca-se estimular as funções executivas, como planejamento, memória de trabalho e controle inibitório. A utilização de jogos cognitivos, atividades de atenção seletiva e exercícios de memória operacional são estratégias eficazes para fortalecer processos mentais básicos que sustentam a aprendizagem (Diamond, 2013).

Já na perspectiva pedagógica, percebe-se que neuropsicopedagogia atua em parceria com professores no planejamento de metodologias ativas e na adaptação curricular. Atividades que promovem a aprendizagem por meio da ludicidade, do uso de recursos visuais e da segmentação de tarefas em etapas menores favorecem a permanência da criança no processo atencional (Pletsch; Fontes, 2021). Além disso, técnicas de ensino estruturado

e a introdução de intervalos planejados entre as atividades podem reduzir a sobrecarga cognitiva.

Nessa articulação, chega-se a uma perspectiva socioemocional, em que a autorregulação emocional é condição essencial para o desenvolvimento da atenção. A intervenção neuropsicopedagógica pode incluir práticas de relaxamento, atividades de mindfulness e estratégias de reforço positivo, que auxiliam a criança a manejar frustrações e a aumentar o engajamento escolar (Moraes; Cunha; Andrade, 2020).

Nesse contexto, a neuropsicopedagogia apresenta-se como campo interdisciplinar capaz de integrar conhecimentos das neurociências, da psicologia e da pedagogia para compreender as particularidades do funcionamento cognitivo e propor estratégias de intervenção que favoreçam a aprendizagem e a participação escolar. Mais do que tratar a dificuldade como limitação, esse campo busca reconhecer as potencialidades do estudante e criar condições que lhe permitam se desenvolver de forma integral e significativa.

A atenção, entendida como função executiva essencial para os processos de aprendizagem, envolve a capacidade de selecionar estímulos relevantes, inibir distrações e manter o foco em atividades por determinado período de tempo. Crianças que apresentam déficits nesse processo tendem a enfrentar dificuldades em organizar tarefas, compreender instruções e persistir diante de atividades mais complexas. Esses aspectos repercutem diretamente na sua trajetória escolar, podendo gerar sentimentos de frustração, baixa autoestima e até exclusão social (Barkley, 2015; Rotta; Ohlweiler; Riesgo, 2016). A neuropsicopedagogia, nesse cenário, não se limita a diagnosticar ou remediar, mas oferece intervenções que articulam o desenvolvimento cognitivo, a mediação pedagógica e o fortalecimento socioemocional, reconhecendo que a aprendizagem é resultado de múltiplas interações entre cérebro, mente e ambiente (Relvas, 2016).

Como mencionado anteriormente, entre as possibilidades de intervenção, destacam-se estratégias voltadas para o fortalecimento das funções executivas, como o uso de jogos cognitivos, exercícios de memória operacional e atividades que estimulem a atenção seletiva e sustentada. No campo pedagógico, as metodologias ativas, a segmentação de tarefas em etapas menores, o uso de recursos visuais e a adoção de rotinas estruturadas mostram-se eficazes para favorecer o engajamento e minimizar a dispersão. No aspecto socioemocional, práticas de autorregulação, como *mindfulness* e relaxamento, associadas a estratégias de reforço positivo, podem contribuir para a ampliação da capacidade atencional e para a construção de um ambiente escolar que acolha e motive o estudante (Diamond, 2013; Moraes; Cunha; Andrade, 2020).

A efetividade da intervenção neuropsicopedagógica depende ainda de um trabalho colaborativo entre professores, profissionais de apoio, família e equipe interdisciplinar. Quando articulada ao atendimento educacional especializado, a prática neuropsicopedagógica permite a elaboração de planos educacionais individualizados, respeitando as necessidades específicas da criança sem que isso implique em segregação ou exclusão. Dessa forma, a inclusão ultrapassa o simples acesso à escola e passa a significar participação ativa, aprendizagem significativa e desenvolvimento integral.

Refletir sobre as perspectivas e possibilidades da neuropsicopedagogia para a inclusão de crianças com dificuldades de atenção e concentração implica reconhecer que os desafios são muitos, mas também que há caminhos promissores. A escola inclusiva, ao se abrir para práticas fundamentadas nesse campo, não apenas amplia a capacidade de resposta às demandas cognitivas e emocionais dos estudantes, mas também reafirma seu compromisso ético e social com uma educação equitativa e transformadora. Como salienta Relvas (2016), incluir é permitir que cada criança aprenda de acordo com seu ritmo, sem reduzir a complexidade da experiência educativa, mas ampliando suas oportunidades de desenvolvimento.

Assim, a neuropsicopedagogia se apresenta como uma aliada essencial para consolidar processos inclusivos que respeitem as diferenças e potencializem aprendizagens, contribuindo para uma escola mais justa, democrática e humanizadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva, quando articulada à educação especial, redefine papéis e processos no espaço escolar. Não se trata de negar a especificidade da educação especial, mas de ressignificá-la como componente estratégico da inclusão, capaz de apoiar professores, estudantes e famílias em um movimento de transformação coletiva. A construção dessa perspectiva demanda compromisso político, investimento em formação e recursos, além de práticas pedagógicas fundamentadas em valores éticos de equidade e respeito à diferença. Nesse sentido, a educação especial deixa de ser um espaço à parte para tornar-se dimensão constitutiva da escola democrática e inclusiva.

Do que foi argumentado até aqui, autoriza-nos a afirmar que a neuropsicopedagogia contribui diretamente para a inclusão ao oferecer suporte às escolas na construção de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças. Ao invés de centrar-se na limitação, busca-se valorizar potencialidades e desenvolver recursos compensatórios que possibilitem à criança participar plenamente das atividades escolares.

De acordo com Relvas (2016), a inclusão não se restringe à presença física da criança na sala de aula, mas à efetiva participação nos processos de aprendizagem. Nesse sentido, a intervenção neuropsicopedagógica possibilita a elaboração de planos educacionais individualizados, articulados com o atendimento educacional especializado e em diálogo com professores, psicólogos e famílias.

Assim, as intervenções neuropsicopedagógicas oferecem perspectivas promissoras para a inclusão da criança com dificuldade de atenção e concentração, pois ampliam a compreensão do fenômeno educativo para além do campo pedagógico, integrando dimensões cognitivas, emocionais e sociais. Tais práticas, quando aplicadas de forma colaborativa e interdisciplinar, promovem não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também o desenvolvimento integral do estudante, reafirmando a escola como espaço de equidade e cidadania.

REFERÊNCIAS

- AUSUBEL, D. P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**: uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Plátano, 2003.
- BARKLEY, R. A. **Attention-deficit hyperactivity disorder**: a handbook for diagnosis and treatment. 4. ed. New York: Guilford Press, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- DIAMOND, A. Executive functions. **Annual Review of Psychology**, Palo Alto, v. 64, p. 135-168, 2013.
- DOIDGE, N. **O cérebro que se transforma**: como a neuroplasticidade pode mudar a vida. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- FACSU. **Neuropsicopedagogia em foco**. São Paulo: FACSU, 2025.
- GLAT, R.; PLETSCH, M. D. **Educação inclusiva**: cultura escolar e práticas pedagógicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.
- JUNIOR. Neuropsicopedagogia e inclusão. **Revista Saberes**, Natal, v. 14, n. 2, p. 45-59, 2021.

LURIA, A. R. **The making of mind**: a personal account of Soviet psychology. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MELO, J. P. et al. Neuroscience and inclusive education: impact of a teacher training program in São Paulo. **SSRN**, 2023. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=000000>. Acesso em: 16 set. 2025.

MORAIS, L. B.; CUNHA, V. L. O.; ANDRADE, R. C. Mindfulness e autorregulação: possibilidades para crianças com dificuldades atencionais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 33, n. 24, p. 1-10, 2020.

PLETSCH, M. D.; FONTES, R. S. Formação de professores e educação inclusiva: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 27, n. 2, p. 343-358, 2021.

RANGEL, M. D.; PANIAGO, C. M. S.; OLIVEIRA, J. S. Neuropsicopedagogia: fundamentos e práticas. **Revista Educação e Linguagem**, Campo Grande, v. 24, n. 2, p. 45-62, 2021.

RELVAS, M. P. **Neurociência e educação**: potencialidades para o processo de ensino e aprendizagem. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

ROTTA, N. T.; OHLWEILER, L.; RIESGO, R. S. **Transtornos da aprendizagem**: abordagem neurobiológica e multidisciplinar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SAMANIEGO LÓPEZ, M. V. Technologies in inclusive education: solution or challenge? **Education Sciences**, Basel, v. 15, n. 3, p. 1-15, 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação inclusiva**. São Paulo: Todos pela Educação, 2022. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br>. Acesso em: 16 set. 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Renata Picoli Takamori Funada

Possui graduação em Licenciatura em História - Escola Estadual Anhanguera (2016), graduação em Geografia pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson (2018), Mestrado em Educação concluído na Instituição de Ensino Unoeste no Campus de Presidente Prudente (2023). Foi por três anos Professora da Sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado) no Município de Martinópolis e foi tutora EAD pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano. E atualmente é docente particular. Tem experiência na área de Educação, Gestão Escolar: Orientação e Supervisão; História; Geografia e Pedagogia.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5016-0999>

E-mail: renatapicoli407@gmail.com